

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS QUE FIZERAM EMERGIR A LUTA PELA EDUCAÇÃO NO MST

Emerson Bellini Lefcadito de Souza - Universidade Federal de Viçosa
emersonbellini@yahoo.com.br

Eixo 6: Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação)

Resumo: Neste trabalho têm-se como objetivo central esboçar um breve panorama sobre a realidade educacional do campo, no que tange a ausência de políticas públicas que garantam o seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham. Assim, trataremos mais especificamente sobre o MST, apresentando as circunstâncias das condições históricas que fizeram emergir a luta pela terra no interior do Movimento, bem como sua luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos. Fatores estes que ajudam evidenciar como no decorrer de sua história, sua concepção de escola passou por diferentes momentos, apontando os seus avanços. Ver-se-á que esse novo quadro foi impulsionado através da significativa mudança de teoria e de prática no que se refere à educação rural. Os esforços aqui empreendidos visam promover uma reflexão sobre a situação educacional do país e a educação do campo, concluindo que estes serão impraticáveis se destoarem e não caminharem em conjunto com um novo projeto nacional de sociedade, que tenha a justiça social como seu pilar central. Especificamente sobre a educação do campo, a reflexão atenta para a necessidade urgente de políticas públicas que garantam programas ou iniciativas continuadas de alfabetização de jovens e adultos, até que seja efetivamente eliminado o analfabetismo do campo.

Palavras Chave: Educação do campo, Políticas públicas, Movimentos Sociais

1-Introdução

A situação predominante hoje no meio rural brasileiro não deve ser entendida como uma contingência ou uma circunstância inevitável do atual momento histórico mundial. Ela é, sobretudo, uma opção política de nossos governantes e, como tal, passível de mudanças. O desafio, portanto, passa a ser vincular a educação com um grande e massivo projeto de crítica às escolhas já feitas, e de construção de novas opções para o desenvolvimento de nosso país. Dessa forma, buscar delinear, por exemplo, o que seria a proposta de uma escola do campo, é, também, participar desse processo de transformação.

Neste sentido, evidencia-se uma tendência em nosso país, marcado por ações políticas de exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo, como parte atrasada e fora do lugar no almejado projeto de modernidade. Nesta lógica, não haveria a necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de “inferioridade”, ou diante de pressões sociais.

Embora dominante, esta tendência não consegue avançar sem contradições. Isso por que de um lado estão as contradições do próprio desenvolvimento, entre elas a crise do emprego e as conseqüências latentes que traz para a migração campo-cidade. De outro lado, por sua vez, está à reação da população do campo, que não aceita passivamente essa marginalização e exclusão a que estão submetidos, passando a lutar – principalmente a partir da década de 70 em diante – pelo seu lugar social no país, construindo vias alternativas de resistência econômica, política e cultural, que também incluem iniciativas no campo da educação.

Assim sendo, um dos problemas do campo no Brasil hoje é a ausência de políticas públicas que garantam o seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham. No contexto atual do nosso país, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre rural e urbano. Ao contrário, precisamos urgentemente de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos segmentos que vivem no campo, e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual.

Entretanto, é preciso considerar que o problema da educação no campo se torna crítica, à medida que sistematicamente este vem sendo desqualificado como espaço de prioridade para políticas públicas. O próprio Plano Nacional de Educação é um exemplo claro disto. Trata-se do documento oficial da política educacional brasileira, e não se encontra nele nenhuma preocupação em se delinear políticas específicas voltadas para o campo. Da mesma forma, este descaso também se faz presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que insistem trabalhar apenas com a referência da escola urbana.

Neste vazio deixado pelo Estado, têm surgido iniciativas da própria população, através de suas organizações e movimentos sociais, no sentido de reagir ao processo de exclusão, forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, e tentar construir uma identidade própria das escolas do campo. As Escolas-Família Agrícola, as várias iniciativas no âmbito da alfabetização de jovens e adultos, a luta do MST pelas escolas de assentamento e acampamento, a preocupação dos Movimentos dos Atingidos por Barragens com as escolas dos reassentamentos são alguns exemplos do esforço e iniciativa dos que são vítimas e sofrem com a exclusão das políticas educacionais do governo.

2-Breve Histórico do Mst:

O Movimento tem seu marco inicial em 1979, em Cascavel (PR), na qual centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias ao Brasil. Composto por diversos segmentos: posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores. Ou seja, trabalhadores rurais sem terras, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que então cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade. Um projeto que anunciava a “modernização” do campo quando, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais; ao mesmo tempo em que ampliavam o controle da agricultura nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais.

Entretanto, a semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros nativos de nossa terra levantaram-se contra a mercantilização e

apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar o movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra - Master. O MST, portanto, é herdeiro e continuador dessas lutas.

Além disso, o MST também é parte das lutas que forjaram o seu nascimento, isto é: do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em seu primeiro Congresso afirmava que “Sem Reforma Agrária não há democracia”. E com este ímpeto, houve o empenho, também, na construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quando se conquistou, entre outras vitórias, os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social.

Os objetivos do movimento são muito claros e pautados em três facetas de lutas bem determinadas: lutar pela terra; lutar por Reforma Agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Somado à isso, também buscam iniciativas que solucionem os graves problemas estruturais do país, como: a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc. Neste sentido, a realização da Reforma Agrária, democratizando o acesso à terra e produzindo alimentos, é a contribuição mais efetiva do movimento para a realização de um Projeto Popular.

Por isso o MST atua, também, de articulações e organizações que buscam transformar a realidade e garantir estes direitos sociais. Nacionalmente, participa do Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais e de campanhas permanentes ou conjunturais. Internacionalmente, é parte da Via Campesina, que congrega os movimentos sociais do campo dos cinco continentes.

2.1. As condições históricas que fizeram emergir a luta pela educação no MST

O MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos. Os esforços nessa área buscam alfabetizar todos os trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos, e a conquista de condições reais para que todas as crianças e adolescentes estejam na escola.

No decorrer da história do MST, sua concepção de escola passou por diferentes momentos. Nos reportamos à Caldart (2004), a qual sistematiza a história da educação escolar no mst e a estrutura em três períodos: 1º) *a luta pela escola na luta pela terra*: referente ao período de origem das primeiras preocupações, caracterizado pela ênfase da luta por escolas nas áreas de Reforma Agrária. A forma de realizar essa luta foi por meio da pressão a órgãos públicos e formação de coletivos responsáveis com a educação (de 1980-1987, Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos); 2º) *a inserção da escola numa organização de massas*: inicia-se com a constituição do Setor de Educação do MST (1988) e vai até o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (1997). Neste, o destaque foi a construção de uma proposta pedagógica do MST; 3º) *a escola do MST e a formação dos sujeitos de um projeto de educação e de país*: a educação do MST extrapola os limites do movimento e vai sendo discutida com Secretarias de Educação e com outros Movimentos Sociais. Uma forte expressão deste momento refere-se à constituição da Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

Diferentemente de momentos anteriores em que o debate sobre a especificidade escola foi, de certa forma, secundarizado, o Setor de Educação do MST tem retomado, ainda que de forma incipiente, a reflexão sobre a escola. Outras ações que têm caracterizado esse setor nos últimos anos tem sido a divulgação de sua proposta pedagógica e a articulação de parcerias do MST com outros Movimentos Sociais, incluindo a reivindicação por uma Educação do Campo na luta por escolas do campo. As parcerias com as universidades, principalmente com cursos voltados para a formação de educadores, também são expressivas.

Em relação à reflexão atual sobre a escola, tem acontecido a partir da apropriação de outras vivências e demandas incorporadas ao MST em sua história. Ou nas palavras do MST: “*Começamos nossa reflexão pedagógica na escola, saímos dela e estamos voltando a ela, agora a partir de uma visão bem mais alargada de educação e do próprio Movimento*” (MST, 2005, p.14).

Nesse momento, o foco parece estar nas discussões das diferentes temporalidades, em especial as dimensões da infância e da juventude, na escola formal, num movimento de luta pela garantia de Ensino Médio e de formulação de propostas para essa modalidade de ensino nas próprias áreas de assentamentos e acampamentos. Em síntese:

[...] É momento de voltar a discutir com toda nossa base “o que queremos com as escolas dos assentamentos e acampamentos do MST”, quais as tarefas pedagógicas específicas da escola na formação dos Sem Terra e como organizar sua prática educativa para que contribua na construção do projeto de sociedade socialista que defendemos e na emancipação social e humana dos sujeitos [...] (MST, 2005, p.6).

Visualiza-se uma tímida tentativa de articulação do Setor de Educação com outros Setores do Movimento, numa concepção de que não cabe apenas a esse setor a escolarização e a formação humana dos sem-terra. Nesse sentido, consideramos a Escola Nacional Florestan Fernandes como uma experiência que já é fruto dessas articulações, voltada para a formação da militância. Da mesma forma, a Escola Itinerante Paulo Freire do V Congresso do MST, buscou essa articulação. Essas escolas parecem-nos ter elementos interessantes para pensar a educação no MST, uma vez que não se situa no sistema oficial de ensino, possuindo assim, uma autonomia maior para concretização dos propósitos do Movimento.

Em relação às escolas do MST, é significativo o número de pesquisas que se dedicaram a estudá-las sob diversas perspectivas de análise. Dentre elas, destacamos a tese de Doutorado em Educação de Machado (2003) em uma escola de assentamento no Mato Grosso, tendo como propósito refletir a partir do seguinte questionamento:

[...] Como se configura o trabalho pedagógico nas escolas do MST numa perspectiva de formação omnilateral, considerando-se as adversidades do modelo de sociedade capitalista no qual essas escolas estão inseridas? [...] (MACHADO, 2003, p.84).

Como apontado, a educação no MST é algo amplo, tanto na concepção do projeto de formação humana, como nas diferentes experiências, e no número de pessoas envolvidas (VENDRAMINI, 2000). Diante do exposto, compreende-se que o fato de existirem escolas em acampamentos e assentamentos não significa necessariamente uma conquista para o MST e para a luta dos trabalhadores. Se essa escola em nada resistir e questionar a lógica do capital, cumpre um desserviço à luta da classe trabalhadora, já que a escola, por si só, tende a contribuir para a manutenção da lógica da sociedade em que vivemos. Assim:

[...] Não teria sentido o MST lutar pela escola da forma como ela está instituída. Temos uma escola cujo conteúdo reflete certas relações humanas que não correspondem aos objetivos do MST, que busca transformar a sociedade e as relações que as engendram [...] (VENDRAMINI, 2000, p.165).

3-Os avanços da educação no MST

Atualmente, o trabalho com educação no MST está organizado em todo o país, desde a educação infantil à educação superior, em várias áreas do conhecimento. Em toda a história do MST, foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país (das quais 1.800 mil até a 4ª série, 400 até o Ensino Fundamental completo e apenas 50 para o Ensino Médio).

Há 300 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais estudando, entre crianças e adolescentes sem-terra, dos quais 120 mil em escolas públicas. Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Mais de 4 mil professores foram formados no movimento e em torno de 10 mil professores atuam nas escolas em acampamentos e assentamentos. Mais de 100 mil sem-terras foram alfabetizados, entre crianças, jovens e adultos. Por ano, há aproximadamente 28 mil educandos e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização.

Por meio de parcerias com universidades públicas, trabalhadores e trabalhadoras rurais do MST estudam em 50 instituições de ensino. Há aproximadamente 100 turmas de cursos formais e mais de 5 mil educandos nessas instituições. São cursos técnicos de nível médio (como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia), cursos superiores e especializações (como Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia, História).

Do desafio de garantir educação do campo, principalmente durante as lutas, surgiram outras inovações importantes, como as Escolas Itinerantes, que acompanham os acampamentos, que não têm localidade fixa. Temos 32 escolas, 277 educadores e 2.984 educandos envolvidos num processo educativo permanente.

As Escolas Itinerantes do MST são espaços de conhecimento, criação, socialização com base em valores democráticos, e se deslocam junto com os acampamentos. E já foram legalmente aprovadas e reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação no Rio Grande do Sul (onde sofre atualmente com uma grande perseguição política), Santa Catarina, Paraná, Goiás, Alagoas, Pernambuco e Piauí.

Diversas atividades, encontros e cursos de capacitação em agroecologia foram realizados e continuam em andamento, na perspectiva de aprofundamento e troca de experiências em relação a novas técnicas agrícolas que estejam de acordo com o ambiente, produzindo alimentos de melhor qualidade para os consumidores.

Entre outras iniciativas, destaca-se o Curso de Economia para a Agricultura, que capacitou 97 pessoas em 2006 e 2007; o Encontro Nacional sobre Meio Ambiente, que qualificou 330 camponeses e camponesas em 2006 e 2007; o Encontro Nacional de Agroecologia, que qualificou 74 pessoas (42 homens e 32 mulheres); o Curso de Tecnólogo em Agroecologia (2008), em quatro etapas, que capacitou 51 educandos. O Movimento também conseguiu vagas para seus integrantes em cursos de ensino superior no exterior. Uma parceria com o governo de Cuba possibilitou que 46 semterra se tornassem médicos e mais 80 estejam estudando. Na Venezuela, há 30 estudantes em um curso de capacitação para Agroecologia.

Desde 1981, o MST publica o Jornal Sem Terra, que possui atualmente uma tiragem de 20 mil exemplares, disponibilizados para todas as regiões onde há acampamentos e assentamentos. O jornal é uma importante fonte de informação e leitura dos sem-terra.

O movimento tem também 38 grupos teatrais em todo o Brasil, que fazem parte da Brigada Nacional Patativa do Assaré. O trabalho começou em 2001 na parceria com o Centro de Teatro do Oprimido e com o diretor de teatro Augusto Boal, dando origem à brigada nacional. Um dos momentos mais importantes dos atores e atrizes do movimento foi a apresentação, em 2005, do grupo “Filhos da Mãe... Terra” no Teatro de Arena Eugênio Kusnet, em São Paulo.

O MST tem buscado fazer um trabalho especial com a juventude, que precisa estudar, trocar experiências e se qualificar para atuar nos assentamentos, garantindo a permanência no campo. Em 2007, foi realizado um seminário da juventude com 150 jovens das cinco regiões do país. Em 2008, mais de 800 jovens fizeram um encontro na Universidade Federal Fluminense, onde debateram o papel da juventude na luta pela reforma agrária e para o desenvolvimento com justiça social nas áreas rurais.

4-Educação Rural e Educação do Campo: breve diferenciação

A educação do campo vem conquistando espaço, nos últimos anos, nos debates e nas políticas educacionais no Brasil. É interessante ressaltar que ainda corre a continuidade do êxodo rural, iniciado no século passado e intensificado nas décadas de 1960 e 1970 (hoje, aproximadamente 19% da população vive nas zonas rurais¹), a

¹ Fonte: IBGE (2010).

inviabilização da agricultura familiar e o fortalecimento do agronegócio e da produção para a exportação.

No que se refere ao contexto educacional, observa-se a continuidade da política de fechamento/nucleação de escolas rurais, com o objetivo de racionalizar a estrutura e a organização de pequenas escolas, em comunidades que contam com um reduzido número de crianças em idade escolar, e diminuir o número de classes multisseriadas, orientando-se pelo Plano Nacional de Educação² (MEC/PNE Projeto de Lei n. 4.173/98).

Com bases nessas considerações, inevitavelmente emerge às seguintes indagações: o que está acontecendo no espaço rural? Que contradições são estas? Como a escola do campo ganha espaço neste contexto?

Primeiramente, é preciso entender que a Educação do Campo não se constitui no vazio nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. Portanto, é fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos.

Neste sentido, há de se levar em consideração, também, a significativa mudança de teoria e de prática no que se refere à educação rural. Essa mudança é fruto, por um lado, de um movimento nacional desencadeado para a construção de uma escola do campo, vinculada ao processo de construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Dessa forma, nessa orientação foram realizadas diversas conferências estaduais e nacionais, sendo a primeira conferência nacional “Por uma Educação Básica no Campo” realizada em 1998, e organizada pelo MST, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), *United Nations Children's Fund* (UNICEF) e *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* UNESCO.

Pois bem. Essa primeira conferência inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular. Ou seja, educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural, ao reafirmar a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que vivem e trabalham no campo.

² Projeto de Lei n. 4.173/98.

Dessa forma, a educação do campo foi incorporada e/ou valorizada na agenda de lutas e de trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais e sindicais do campo, com o envolvimento de diferentes entidades e órgãos públicos. O que pode ser conferido pelo conjunto de promotores e apoiadores da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida em Luziânia (GO), em 2004.³

A Conferência de Luziânia debruçou-se especialmente sobre como efetivar no Brasil um tratamento público específico para a Educação do Campo, enquanto política pública permanente. Uma conquista do conjunto das organizações do campo, no âmbito das políticas públicas, foi à aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer n. 36/2001 e Resolução n. 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). As diretrizes definem a identidade da escola do campo:

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País [...] (MEC Diretrizes operacionais para a educação básica do campo, 2002, p. 37).

Nesta direção, o Ministério da Educação instituiu, em 2003, um Grupo Permanente de Trabalho Educação do Campo e, em 2004, criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), contemplando em sua estrutura a Coordenação Geral de Educação do Campo.

4.1. A educação DO/NO campo

Para compreender essa esfera é preciso levar em consideração dois aspectos fundamentais. O primeiro refere-se aos sujeitos para os quais se destina a educação, tendo em vista a grande diversidade, ou melhor, desigualdade de vida e produção no campo. Neste primeiro ponto, portanto, é levado em consideração a educação pública para os filhos de trabalhadores.

Ribeiro (2006), ao denunciar a investida do poder público contra o Instituto Técnico de Pesquisa e Capacitação da Reforma Agrária (ITERRA), do Rio Grande do Sul, defende o caráter público daquela escola, que atende filhos e filhas de agricultores historicamente excluídos das políticas educacionais. O ITERRA desenvolve uma

³ Participaram desta iniciativa representantes de movimentos sociais, sindicais e outras organizações sociais do campo e da educação, de universidades, de ONGs e de Centros Familiares de Formação por Alternância, de secretarias estaduais e municipais de educação e de outros órgãos de gestão pública.

experiência educacional que articula ensino-pesquisa-extensão, desenvolvidos nos níveis de ensino médio (normal: formação de professores) e técnico: formação de técnicos em administração de cooperativas) e de ensino superior (Pedagogia da Terra). As ações desenvolvidas no ITERRA são um marco de ruptura com uma história de educação planejada para a população rural. As experiências educacionais (escolas, programas e currículos especiais, campanhas nacionais etc.) voltadas para a população rural – desde a década de 1920, quando a educação rural começou a ocupar espaço na problemática educacional – se pautam pela lógica da educação como mola propulsora do desenvolvimento social⁴.

Mesmo com a expansão quantitativa da escola rural, desde a década de 1920, a educação continuou precária, não conseguindo garantir escolaridade mínima fundamental ao homem do campo⁵.

A partir da década de 1990, há um conjunto de iniciativas relativas à educação do campo, por parte da sociedade civil e do Estado, em resposta a uma forte pressão dos movimentos sociais. Soma-se a isso, uma mudança significativa a partir da própria concepção de educação rural, que passa a soar com mais fervor como educação do campo, que expressa, segundo Caldart (2004, p. 17), um “processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações”. Entretanto, é importante salientar que o nome educação do campo, ainda que incorpore uma rica discussão e mobilização social, tem limites em termos de capacidade explicativa, tendo em vista a já assinalada diversidade de sujeitos, contextos, culturas e formas de produção e ocupação do meio rural.

Assim sendo, a educação do campo deveria ser uma educação específica e diferenciada que tivesse por objetivo final a formação humana, emancipadora, assumindo de fato a identidade do meio rural. Identidade essa que se expresse não só como forma cultural diferenciada, mas, fundamentalmente, como instrumento efetivo no contexto específico, no sentido não só da eliminação do analfabetismo, da reintegração

⁴ Para um estudo mais aprofundado, ver Calazans, 1985, e Bordenave & Werthein, 1981.

⁵ Os problemas de evasão e repetência são graves e os índices de analfabetismo elevados. Segundo dados do IBGE (PNDA, 2004), o Brasil possui uma proporção de 11,4% da população de 15 anos ou mais de idade que declara não saber ler e escrever. Uma taxa de analfabetismo superior a de outros países em desenvolvimento como México (9,7%), China (9,1%), Chile (4,3%), Argentina (2,8%) e Cuba (0,2%). O quadro é mais grave no campo, cuja taxa de analfabetismo atinge mais de um quarto da população rural brasileira. O percentual de pessoas do campo que declaram não saber ler e escrever chega a 25,8%, enquanto nas áreas urbanas essa proporção é de 8,7%.

do jovem e do adulto à escola regular, bem como da construção de um projeto de desenvolvimento que elimine a fome e a miséria (FURTADO e BRANDÃO, 1998).

O segundo aspecto, por sua vez, refere-se à amplitude da educação, seja no campo ou na cidade, considerando os diversos espaços e formas de aprendizagem para além da escola. Célia Vendramini faz uma importante observação a esse respeito:

[...] Tomamos como base a concepção de formação como um processo em permanente construção, permeada de contradições e determinada por condições objetivas e subjetivas, em que os sujeitos sociais vão se constituindo [...] (VENDRAMINI, 2004, p. 159).

Outro argumento importante sobre esse aspecto é proferido por Canário (2000), que aponta para uma compreensão da escola, incluindo a escola no mundo rural, para além dela própria. Afirma que pensar a escola é refletir, em primeiro lugar, sobre o espaço em que se situa, suas necessidades e fragilidades, mas também suas potencialidades. A escola precisa estar em sintonia com as mudanças que acontecem no local, com as novas necessidades criadas e recriadas e com as expectativas de formação que vão se constituindo de acordo com o modo de vida e de trabalho, que também estão em transformação.

4.2. *Os movimentos sociais e a educação*

A educação do campo ganha um novo sentido, quando associada a um movimento social que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo. A defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infra-estrutura etc.).

Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais. Além disso, os movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, têm um projeto educacional que está associado a um projeto político de transformação social, no sentido atribuído por Mészáros (2005, p. 76):

[...] A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo (...). E vice-versa: a

educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso [...]

No processo de luta do MST, é possível perceber que a educação é expressão de todas essas dinâmicas construídas coletivamente, ou seja, ela é constituída pelas relações sociais, mas é também constituinte. Isso significa dizer que o processo educativo vivido instrumentaliza os trabalhadores para o seu trabalho, para a cooperação, para as lutas junto ao MST, ao partido político, à militância ecológica e das mulheres acampadas e assentadas.

Podemos nos referir, no contexto do MST, a dois processos educativos, ainda que combinados. Um deles refere-se ao processo educativo presente nas lutas do Movimento, ao aprendizado propiciado pela experiência da ocupação de terras, das reuniões, das manifestações públicas, da vida nos acampamentos, da organização do trabalho e da vida produtiva e social nos assentamentos, dos intercâmbios, dos enfrentamentos, enfim, de todos os desafios de uma luta radical pela terra.

O outro processo, mais intencional e planejado de forma sistemática, refere-se aos cursos desenvolvidos pelo MST e às iniciativas escolares. Os assentamentos rurais do Movimento contam com escolas da rede regular de ensino, vinculadas às redes estaduais e municipais, de séries iniciais, na sua maioria, e de séries finais do ensino fundamental; alguns deles contam também com escolas de ensino médio.

A formação acontece também em nível técnico, como, por exemplo, no curso de Magistério para professores de assentamentos, no curso superior de Pedagogia da Terra e no curso técnico em Administração de Cooperativas que se desenvolvem no ITERRA (vinculado ao MST). Os alunos desses cursos participam da gestão das escolas e realizam trabalhos práticos nos assentamentos, dentro da chamada pedagogia da alternância. Além de escolas, cursos e programas, o Movimento mantém a Escola Nacional Florestan Fernandes, que oferece aos acampados e assentados o Curso Básico de Formação de Militantes e Cursos de Formação de Formadores.

Em todo o país, funciona um Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), em convênio com aproximadamente cinquenta universidades, que atende em torno de trinta mil jovens e adultos assentados e conta com três mil educadores. Atualmente, o MST e os assentados contam com profissionais de diversas áreas, como agronomia, educação, medicina, técnicos em administração, técnicos

agrícolas, entre outros, que foram incentivados e apoiados para estudar e contribuir com a luta dos assentados para a permanência na terra.

Observa-se, portanto, pelas experiências educacionais e escolares que o MST desenvolve, uma revolução no conceito de escola. Para além da escola tradicional nas áreas de assentamentos, podemos nos referir à escola itinerante criada na mesma lógica do acampamento, pelo fato dela estar em movimento, de acompanhar as ocupações e reocupações, as marchas e os acampamentos nas cidades. É, portanto, uma escola que vai aonde o educando está.

Podemos nos referir ainda à Escola Nacional Florestan Fernandes, um espaço de formação de militantes com base numa metodologia que estimula o pensamento crítico e a experimentação de valores e práticas diferenciados, com base em grupos de trabalho coletivos (MEDEIROS, 2002). Da mesma forma, o ITERRA, que além de formar tecnicamente os estudantes, envolve-os num espaço e num tempo de estudo e trabalho com base na autogestão.

Observamos, neste contexto, que os movimentos sociais do campo, entre eles o MST, têm pressionado não só pela Reforma Agrária e por uma política agrícola que viabilize a pequena produção no campo, mas também por uma educação e escolarização para uma população historicamente alijada das políticas públicas. Ainda que o Movimento esteja envolvido diretamente nas lutas por uma educação do campo, seu projeto de formação vai mais além, ao desenvolver ações políticas que em si são educativas e ao direcionar a formação não só para o aspecto técnico e escolar, mas essencialmente político.

Considerações Finais

Atualmente, a oferta de educação, assim como dos demais chamados serviços públicos, é um dentre outros empreendimentos econômico-financeiros a ser conduzido nos termos das implacáveis leis do mercado. A própria lógica do livre mercado, além de estar de forma latente presente na formulação e execução das políticas públicas voltadas ao campo educacional, vai sendo, automaticamente, inserida nos currículos escolares, fazendo com que as mercadorias culturais passem a determinar as relações sociais e pedagógicas.

No que tange especificamente a educação do campo, há uma necessidade urgente de políticas públicas que garantam programas ou iniciativas continuadas de alfabetização de jovens e adultos, até que seja efetivamente eliminado o analfabetismo

do campo. Além disso, aprimorar vias que permitam o acesso de toda a população a uma escola pública, gratuita e de qualidade, desde a educação infantil até o ensino médio, já colocando no horizonte a demanda pelo ensino superior. Pode-se acrescentar, ainda, a criação de mecanismos que garantam uma gestão democrática nos diversos níveis do sistema escolar, incluindo a participação de todos os atores que faz parte da realidade escolar nas decisões sobre as políticas de ação em cada nível bem como na fiscalização dos recursos destinados às escolas. E, por fim, dentre tantas propostas que poderiam ser acrescentadas visando melhorar a realidade escolar do campo, inclui-se o apoio às iniciativas de inovação de estrutura e currículos escolares, visando à ampliação do acesso e o desenvolvimento de uma pedagogia adequada à realidade do campo, que se encontra em constante transformação (Cf., SOUZA, 2007).

É importante destacar, também, que as transformações ainda em curso na escola pública rural⁶, em consequência das novas exigências constitucionais, estão ainda por ser avaliadas pelo próprio fato de não terem ainda a abrangência geográfica ou o tempo de experiência indispensável para isto. Estudos, por exemplo, sobre outros aspectos da escola rural continuam sendo desenvolvidos porque os problemas que os motivam persistem. Em função do espaço que o movimento social no campo passou a ter na definição de políticas educacionais rurais, há uma grande quantidade de estudos sobre a incompatibilidade entre o atual projeto de educação rural definido do ponto de vista das necessidades e valores da cidade e um novo futuro projeto que considere as necessidades e valores das populações rurais⁷.

Cabe ressaltar ainda, a relação do MST e a escola. Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização

⁶ O Censo Escolar de 2009, elaborado pelo Inep/MEC, aponta que existem no Brasil mais de 80 mil escolas de educação básica localizadas em áreas rurais. A situação estrutural desses estabelecimentos, a oferta dos variados níveis e modalidades de ensino, a elaboração de seus projetos político-pedagógicos, a formação e valorização dos profissionais que neles atuam, sua relação com crianças e jovens acampados e assentados da reforma agrária e muitos outros itens são tema de debates constantes entre pesquisadores, constam da pauta de reivindicações de movimentos sociais do campo e são objeto de políticas públicas elaboradas pelo Estado. Outra questão que se destaca no cenário nacional das escolas rurais e que não se restringe à realidade dos acampamentos e assentamentos é o fechamento dos estabelecimentos de ensino: entre 2005 e 2007, foram fechadas 8 mil escolas rurais no Brasil (informação retirada da entrevista de Mônica Melina – coordenadora do curso de licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília –, na reportagem publicada pela Agência Brasil, em julho de 2010).

⁷ Ver DAMASCENO e BESERRA, 2004.

social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra (Cf., ARROYO, 2008).

A visão exposta ao longo deste trabalho, portanto, é a de que a educação de um país possui, entre outras tarefas, a capacidade e a finalidade de formar cidadãos que possam exercer suas faculdades cognitivas, de forma crítica e consciente, frente às questões de seu próprio tempo, e ao refletirmos sobre isso nos aproximamos da concepção de Freire (1996, p.58) e passamos a entender que “não é possível existirmos sem assumirmos o direito e o dever de optarmos, de decidirmos, de lutarmos, de fazermos política”, de modo que a educação venha possibilitar o mesmo agir efetivamente no mundo, em benefício de si e por um melhor convívio com os demais sujeitos sociais, e se o setor educacional não estiver indo bem, estas e outras questões estarão comprometidas. Trata-se, portanto, de compreender a educação como um instrumento, sobretudo, de formação humana.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA; Mônica Castagna (orgs). *Por uma Educação do Campo*. 3.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete. *Projeto Popular e Escolas do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.3.

CALAZANS, Maria Julieta. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (orgs). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993. p.15-40.

CALDART, Roseli Salete. *Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999 (Edição: Petrópolis, Vozes, janeiro de 2000).

_____. *A Escola do Campo em Movimento*, Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, jan/jun 2003.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre Educação Rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n., pp. 73-89, jan./abril. 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

RIBEIRO, Marlene. *Trabalho, Movimentos Sociais e Educação: reflexões sobre a produção em educação rural/campo*. Porto Alegre, RS, FAGED/UFRGS (VI Escola de Inverno: Educação e Políticas Públicas: Encontros e Desencontros), pp.01-12, julho 2008.

SOUZA, Maria Antônia de Souza. *A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação*. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.36 set/dez. 2007.

_____. *Perspectivas teórico-metodológicas nas investigações sobre educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, pp.447-471, 2007.

VENDRAMINI, Célia Regina. Pesquisa e movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, vol.28, n.101, Set/Dez, 2007. Campinas.